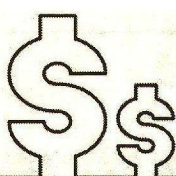


01 NOV 2014


**Correio
Econômico**
01 NOV 2014 por **Vicente Nunes** / vicentenunes.df@dabr.com.br

Muito pior que a encomenda

CORREIO BRAZILIENSE

A primeira semana de Dilma Rousseff como presidente reeleita foi de amargar. Nem o mais pessimista dos pessimistas acreditava que, em apenas cinco dias úteis, o governo revelasse que a situação econômica do país é pior do que se imaginava. Agora, se tem a noção clara do porquê o Palácio do Planalto adiou a divulgação de indicadores para depois das eleições. Temos um Brasil quase de joelhos.

Muitos dizem que foi surpreendente a alta de juros promovida pelo Banco Central na última quarta-feira. Não foi. Na verdade, o Comitê de Política Monetária (Copom) já deveria ter elevado a taxa básica (Selic) muito antes, devido à persistência da inflação no teto da meta, de 6,5%. Não o fez pelo desejo de Dilma de ser reeleita. O problema é que a situação se complicou de uma tal forma que, mesmo com a Selic passando de 11% para 11,25% ao ano, a carestia poderá fechar 2014 acima do teto da meta.

Na próxima semana, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgará o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dará um sinal explícito nessa direção. A previsão do Banco Santander é de que o indicador tenha subido 0,50% em outubro, cravando 6,68% em 12 meses. Se confirmado, será o segundo mês seguido em que o custo de vida superará o limite de tolerância

definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Até setembro, a inflação bateu em 6,75%.

Nem o mais pessimista dos pessimistas acreditava que, em apenas cinco dias úteis, o governo revelaria que a situação econômica do país é pior do que se imaginava

Isso mostra que a presidente Dilma plantou inflação para colher juros. Se realmente estiver disposto a retomar o controle da carestia, o BC terá que avançar no processo de aumento da Selic 2015 adentro. O aperto não vai parar na reunião de dezembro do Copom, quando se espera alta de 0,5 ponto na taxa básica, para 11,75%, o que fará com que a petista encerre o primeiro mandato com os juros um ponto percentual acima da taxa que recebeu de Lula.

Ou seja, se o arrocho dado pelo BC realmente for forte, com a Selic passando de 12%, como espera boa parte dos analistas, há um enorme risco de o Produto Interno Bruto (PIB) fechar o primeiro

ano do segundo mandato de Dilma com retração. Juros altos inibem investimentos e o consumo e batem pesado na indústria, que está em recessão profunda — são quatro trimestres consecutivos de queda.

O quadro fica ainda mais assustador quando se olha para o resultado das contas públicas. O país registrou, entre janeiro e setembro, deficit primário, o que não se via desde 1997, quando o governo passou a cumprir metas fiscais. O buraco consolidado do setor público no período chegou a R\$ 15,7 bilhões. Como não conseguiu poupar para pagar juros da dívida, o rombo nominal atingiu R\$ 224,4 bilhões, o equivalente a 6% do PIB, dado de país em crise.

Diante desse estrago nas finanças públicas, não haverá maquiagem que dê jeito. Sem condições de cortar gastos, o jeito será o governo repassar a conta para os contribuintes. Depois da alta dos juros, da energia, da gasolina, será a vez de elevar os impostos. Dilma, como se vê agora, saiu pior do que a encomenda.

Deficits gêmeos

Não será fácil a vida do próximo ministro da Fazenda, seja quem for o escolhido por Dilma Rousseff. Além da missão de tirar a economia do atoleiro em que se encontra e de retomar o controle da inflação, terá que enfrentar o que os especialistas chamam de deficits gêmeos, uma combinação explosiva de rombos nas contas públicas e externas. Dados consolidados pelo Banco Central mostram que, quando incluídos os gastos com juros, o buraco nas finanças do governo chega a 6% do PIB. Nas transações correntes do país com o exterior, o deficit atinge 3,7% do Produto, e poucos acreditam que ficará estacionado nesse nível.

Para Tony Volpon, diretor do Departamento de Pesquisas para as Américas da Nomura Securities, os números são preocupantes. "A história do Brasil mostra que, todas as vezes em que os deficits público e externo chegaram a 4% do PIB, sempre houve uma crise ou foram necessários ajustes severos para evitar o pior", afirma. Ele ressalta que, prevendo mudanças na política econômica, investidores e agências de classificação de risco estão dando um salvo conduto ao Brasil. Mas é preciso cautela.